

Falsas Memórias

Carlos Cardoso¹

Paulo Gomes¹

Resumo

O presente artigo desvela alguns aspectos sobre a memória, principalmente sobre a capacidade de recordar o que não aconteceu. Explanamos, a partir de levantamentos bibliográficos, o sentido geral da memória, as suas teorias e os possíveis tipos de memória. Analisamos a possibilidade de modificarmos um evento real, ou seja, de criarmos falsas recordações. Mesmo que a memória seja estabelecida inicialmente e registada, pode ser modificada pela aquisição de nova informação, interferente, bem como por episódios posteriores de recapitulação e evocação. A corroboração de um dado evento por alguém pode ser uma técnica poderosa para induzir uma falsa memória.

Palavras-chave: Memória, falsas memórias, recordação.

Abstract

This article reveals some aspects about the memory, mainly our ability to remember what didn't happen. We explain, from bibliographical risings, the general sense of memory, the theories and types of memory. We analyse the possibility of modifying a real event, in other words, creating false memories. The memory is initially established and registered, but it can be modified by the acquisition of new information, as well as for subsequent episodes of recapitulation and evocation. The corroboration of the event by a person can be a powerful technique to induce to a false memory.

Keywords: Memory, false memories, recall.

1 Aluno do 2º Ano do Curso de Licenciatura em Psicologia da UAL

Introdução

Podemos definir memória como a retenção e recordação de experiências, ou seja, o armazenamento de informação correspondente a uma vivência, que pode ser recordada para reutilização perante uma nova situação.

Fisiologicamente, as memórias são criadas quando os neurónios de um dado circuito reforçam a sensibilidade das suas ligações ou sinapses. Nas memórias de longo prazo, as sinapses adquirem um cariz permanente e encontram-se mais fortalecidas. Segundo Lombroso (2004) e Izquierdo (2003), as memórias formam-se em locais específicos, sendo o hipocampo o responsável pela formação das memórias explícitas, enquanto outras regiões do cérebro, como o estriado, a amígdala e o nucleus accumbens, estão envolvidos na formação das memórias implícitas. Já a memória de trabalho parece localizar-se no córtex pré-frontal.

De acordo com Fuster (2006), a formação das memórias é acompanhada pela modificação das sinapses, os contactos entre os neurónios; a activação das sinapses modificadas entre os neurónios interligados faz ressurgir as lembranças aí impressas. Assim, as memórias são guardadas sob a forma de modificações nas relações específicas entre os neurónios e não como alterações em moléculas ou neurónios específicos para a memória.

A experiência modifica o encéfalo, e permite a capacidade de adquirir novos conhecimentos. Quando aprendemos temos a capacidade de manter o novo conhecimento na memória por um período longo de tempo, uma vez que parte dessas modificações, novas sinapses, ficam no encéfalo. Mais tarde, é possível recuperar o conhecimento armazenado na memória, permitindo novas opções de acção. Squire e Kandel (2003) afirmam que a memória é o processo pelo qual aquilo que é aprendido persiste ao longo do tempo. Nesse sentido, a aprendizagem e a memória estão ligadas de forma irreversível. Segundo Laroche (2006), a memória não é um registro passivo das experiências vividas. Vai mais além: é um registro de experiências pessoais, dinâmico, e permite também o armazenamento de informação, sendo essencial para a capacidade de comunicação do ser humano.

Uma memória reprimida corresponde a informação guardada na mente inconsciente, de uma forma que pode afectar o pensamento e a acção mesmo se a experiência em que se baseia foi aparentemente esquecida. A informação

encontra-se guardada de forma recuperável em caso de necessidade, correspondendo a algo vivenciado pelo sujeito. Uma falsa memória corresponde a uma memória baseada no “ouvir dizer” ou numa sugestão, a recordações de ter experimentado algo que efectivamente nunca foi experimentado. Esta difere da memória errónea, que tem por base experiências reais que são recordadas de forma incorrecta. Alguns estudos sobre o funcionamento da memória, têm demonstrado que em muitas ocasiões construímos as nossas memórias após a ocorrência do facto e que somos susceptíveis a sugestões de outros sujeitos, num mecanismo que tem como objectivo ajudar a preencher as falhas ou incongruências que a nossa memória tem de um determinado evento, exemplo disso é o que se verificou num estudo realizado por Hyman, Husband e Billings (1995) sobre a implantação de memórias autobiográficas de factos não ocorridos mas apenas relatados aos participantes pelos seus familiares. Também interessante é a verificação feita por alguns estudos, Mazzoni e Memon (2003) sobre a memória que mostram não haver uma correlação significativa entre o sentimento subjectivo de certeza que a pessoa tem sobre uma memória e a exactidão da mesma.

Segundo Carol Tavris (1993), é possível criar falsas memórias nas pessoas por intermédio da sugestão. Ainda de acordo com o autor, no estado actual da investigação sobre a memória podemos afirmar que a mente não recorda todos os detalhes de um acontecimento, mas apenas alguns dados. O restante é preenchido seguindo uma fórmula de “deve ter sido”, de maneira a tornar coerente em si mesmo o acontecimento recordado. Para o acontecimento ficar guardado a longo prazo, o sujeito tem de o perceber, codificar e ensaiá-lo, caso contrário, a memória sobre o acontecimento vai “decaindo” com o tempo. Ensaiar o acontecimento não é mais que recordar, avivando detalhes do que aconteceu. Falar no facto e reproduzi-lo um sem número de vezes para que a sua coerência estabilize e se mantenha, facilita à memória guardar e recordar como foi que aconteceu.

Não sabemos exactamente como funciona a memória, embora já se saiba que a capacidade de memorização não é exclusivo do ser humano. Algumas pesquisas (e.g. Menzel, 1973; Menzel, 1999) feitas com pombos e chimpanzés demonstraram que estes animais possuem uma memória desenvolvida que utilizam no seu dia-a-dia. Para Bueno (1997), esses experimentos com primatas podem ser úteis para entender as propriedades da memória humana,

pois existem semelhanças que não podem ser ignoradas, embora não se saiba exactamente quais os limites das capacidades de processamento dos animais. Sabe-se, por exemplo, que os babuínos e os chimpanzés têm capacidade de usar mapas espaciais. O que ainda se encontra em investigação, é determinar até onde vai essa capacidade de processamento de imagens mais abstractas, simbólicas e não icónicas. No entanto, os experimentos sobre o funcionamento do cérebro nos seres humanos demonstram um nível de complexidade no funcionamento da memória muito maior do que em qualquer outro animal. Para Bueno, nos humanos, o desempenho de actividades pela memória está muito mais sujeito à activação de diferentes funções mentais e cerebrais, tornando bastante variável para o mesmo indivíduo e mais ainda de indivíduo para indivíduo. O desempenho da memória humana depende da combinação entre aspectos de maturação nervosa, de contexto e da procura atencional, emocional e motivacional da tarefa.

Alguns pesquisadores (e.g. Daneman & Carpenter, 1980; Daneman & Tardif, 1987; Baddeley, 1990; Cantor & Engle, 1993) defendem que a memória de curta duração é apenas o início do processo que leva à formação de uma memória de longa duração, mas a maioria dos resultados obtidos nas pesquisas aponta para que estejamos em presença de dois mecanismos distintos, funcionando de forma independente, mesmo quando agem na mesma estrutura do cérebro. Mas para além dessas definições gerais, para perceber a memória humana é fundamental saber quais os processos que envolvem a aquisição, o armazenamento e a evocação de cada tipo de memória. É necessário saber que não existe uma memória, mas sim vários tipos de memória e que estas se relacionam para formar “a memória” que usamos no dia-a-dia. As classificações mais utilizadas para memórias têm por base o tempo de duração, função e conteúdo de cada uma delas. Assim, temos a memória de longo prazo e a memória a curto prazo também designada por memória de trabalho. A primeira, acontece quando apreendemos algo novo, ou recordamos algo recuperando informação. A segunda funciona como a memória virtual de um computador, gerindo a informação necessária a cada momento e apenas pelo período necessário. A memória de trabalho é de grande importância pois apesar de ter uma baixa capacidade de retenção de informação, é a responsável pela gestão da nossa realidade, determinando se a informação é útil para o organismo e deve ser armazenada, se existem outras

informações semelhantes nos nossos arquivos de memória e, por último, se esta informação deve ser descartada por já existir ou simplesmente não ter utilidade. Já a memória de longo prazo ou referencial funciona como um arquivo de consolidação de informação, podendo durar de minutos a meses ou décadas, caso em que é igualmente designada por memória remota. Os conhecimentos adquiridos na infância ou na escola são exemplos deste tipo de memória. Segundo Bueno, os sistemas de curto e longo prazo de memória estão ligados, transferindo informações continuamente de um para o outro. Quando necessário, o conteúdo da memória de longo prazo é transferido para o armazenamento da memória de curto prazo. O sistema de curto prazo ou memória de trabalho recupera as memórias, tanto de curto quanto de longo prazo.

O que são falsas memórias

As falsas memórias consistem na recuperação parcial ou totalmente alterada de acontecimentos. Difere da memória reprimida que é retida na mente inconsciente, onde pode afectar o pensamento e a acção mesmo se aparentemente foi esquecida a experiência em que a memória se baseia. Difere também da memória errónea que se baseia em experiências reais mas que são recordadas incorrectamente. Falsas memórias são, pois, memórias de ter experimentado algo que na realidade nunca foi experimentado. Alguns estudos (e.g. Goff & Roediger, 1998; Hyman & Billings, 1998; Loftus, 1997; Roediger & McDermott, 2000) mostram que a informação enganosa pode mudar a memória de um indivíduo de um modo previsível e às vezes muito poderoso.

Segundo Loftus (2006), a informação enganosa tem o potencial de invadir as recordações, quando falamos com outras pessoas, quando somos interrogados sugestivamente ou quando somos expostos à influência, por exemplo, dos media. As recordações são mais facilmente modificadas, por exemplo, quando o decorrer do tempo enfraquece a memória original sobre o facto. Vários trabalhos (e.g. Loftus, 1980; Roediger & McDermott, 2000) têm demonstrado que muitas vezes construímos as nossas memórias após o facto e que somos susceptíveis a sugestões de outros que ajudam a preencher os

“buracos” na nossa memória de um dado evento. É no contexto dos processos de memória que as falsas memórias, entendidas como a recuperação total ou parcialmente alterada de acontecimentos (Roediger & McDermott, 2000), têm vindo a ganhar relevância enquanto objecto de estudo, lançando pontes para outros tópicos dentro e fora do domínio da psicologia da memória.

Como se formam

Têm sido feitas diversas abordagens teóricas e de investigação a esta matéria no sentido de identificar os mecanismos envolvidos no processo. De um modo geral, apontam para que nas falsas memórias dependentes de sugestão se esteja perante uma total substituição da recordação original do evento por uma sugestionada. Esta posição não é, todavia, consensual, existindo teorias que defendem uma coexistência dos dois tipos de informação que se conjugam para construir uma recordação não totalmente coincidente do evento. Nestas situações, ocorre uma dificuldade de determinar a origem da memória devido a erros originados na atribuição de um sentimento de familiaridade da informação sugerida à fonte errada. Nestes casos a informação armazenada parece sofrer alguma alteração devido ao tempo decorrido, provocando assim algumas distorções na recordação observada. Outra noção de memória como um processo reconstrutivo, em vez de um processo de recuperação directa de informação guardada, encontra-se igualmente implícita nas várias teorias sobre distorções de memória (Hyman et al., 1995).

Teorias

A teoria da monitorização da fonte, desenvolvida por Márcia Johnson (1988), considera a capacidade das pessoas identificarem a fonte da informação que compõe as memórias como a razão central da ocorrência de erros de memória. Segundo a mesma autora, quando é necessário decidir se uma acção foi realizada ou imaginada, é necessário deliberar sobre a fonte interna da informação guardada. Num estudo realizado pela própria (e.g. Johnson, Foley, Suengas & Raye, 1988, citados por Pandeirada, 2005), foi identificado um conjunto de elementos que permitem diferenciar as memórias baseadas na imaginação ou em percepções reais, as quais nos permitem identificar

correctamente a fonte das nossas memórias. As memórias reais, caracterizam-se por detalhes perceptivos e semânticos, por informação de contexto e informação emocional associada ao evento. Já as memórias imaginadas, contêm informação relativa aos processos cognitivos que facilitam a recriação mental do evento.

Outra teoria, designada por teoria fuzzy-trace, ou teoria do traço difuso, foi desenvolvida por Valerie Reyna e Charles Brainerd, nos anos 90, suscitando a realização de inúmeros trabalhos de investigação². A teoria assenta num conjunto de cinco princípios formulados e desenvolvidos por Reyna e Brainerd (1998), tendo apresentado a última actualização recentemente (Reyna & Brainerd, 2002).

Em primeiro lugar, considera-se que um evento é codificado em dois formatos: num temos informação específica ou contextual, centrando-se no conteúdo específico do evento e designado por traço verbatim; o outro é centrado na interpretação de conceitos, relações e padrões, numa visão mais global do evento, e designado por traço gist.

O segundo princípio refere que os traços gist e verbatim são recuperados em separado, dependendo das recordações próprias de cada um deles. Em função das pistas de recuperação, os dois traços são activados e promovem a recuperação do tipo de informação a eles associada. O esquecimento como processo de perda de informação comum a cada um dos traços é o factor seguinte a considerar, pois a informação associada ao significado perde-se mais rapidamente que a informação contextual. O devir temporal acarreta uma perda de informação gist e subsequentemente uma necessidade de rectificação da mesma para completar o acontecimento na sua totalidade (Koriat, Goldsmith & Pansky, 2000; citados por Pandeirada, 2005).

O terceiro princípio, refere a existência de dois processos distintos e com efeitos opostos na ocorrência das falsas memórias. Ambos estão subjacentes às memórias verídicas, quer pela recuperação dos traços gist, mais gerais, quer pelos traços verbatim, contextuais e específicos. Enquanto a recuperação do traço gist aponta para um sentimento de familiaridade para com o evento, funcionando com o promotor da criação de uma falsa memória, a recuperação do traço verbatim, ao dar informação específica sobre o evento, pode impedir

2 A teoria baseia-se num modelo que concebe a memória como dois sistemas independentes, a memória literal e a de essência, que funcionam em paralelo.

a ocorrência da falsa memória uma vez que rejeita ou identifica elementos incongruentes no sentimento de familiaridade.

O quarto princípio reporta-se às alterações de desenvolvimento na forma como ocorrem as distorções de memória e o que está na sua base. Estamos no campo da codificação, retenção e recuperação da informação e na sua directa relação com os aspectos biológicos do ser humano. Assim, tem-se verificado que a memória gist se vai desenvolvendo ao longo do tempo, com o desenvolvimento da capacidade de processar os significados e de estabelecer relacionamentos entre eles, mas com o envelhecimento se vai igualmente degradando. Já a memória verbatim, acompanha o processo de deterioração das capacidades, mas de uma forma ainda mais acelerada.

O quinto princípio refere que a recuperação de uma memória pode ocorrer pelo processamento de traços gist, ou verbatim, sendo que neste último caso são recuperados elementos específicos da experiência vivida, o que torna a recordação como uma re-experiência do evento. Já quando a recuperação é feita com base nos traços gist, a associação é feita geralmente em sentimentos de familiaridade, podendo contudo ser recordados como uma forte experiência de recordação. Em resumo, podemos dizer que de acordo com esta teoria, se considera a formação de dois traços mnésicos para registo da informação agregada a um determinado evento: (i) um traço verbatim, que associa a informação contextual, exacta, e específica; e (ii) um traço gist, que associa a informação interpretativa, emocional, o significado. No primeiro caso, a recuperação da informação está associada a uma sensação de recordação específica e, no segundo caso, essa recuperação é associada a uma sensação de familiaridade.

A teoria da interferência, dominou durante algum tempo o modo de conceptualização da esquecimento da informação, referindo-se esta teoria à influência que eventos pré-facto e pós-facto têm sobre a recordação da experiência. Roediger & McDermott (2000), consideram que a interferência constitui uma fonte de esquecimento bastante poderosa. Os autores consideram dois tipos de interferência: a proactiva e a retroactiva. Para a primeira, a informação que prejudica a recordação do evento é a que o antecede; no segundo caso, a interferência retroactiva, são os eventos mais recentes que prejudicam a recordação dos mais antigos. Desta forma, quando tentamos recordar uma informação ou acontecimento, ambos os traços de memória

são activados, competindo entre si e podendo ser recordada, erradamente, parte da informação interferente. Verifica-se também que quanto maior for a semelhança entre o facto recordado e o facto interferente, em termos de conteúdo ou do momento em que aconteceu, maior é a probabilidade de surgir uma interferência. Esta teoria tem sustentado alguns dos trabalhos desenvolvidos na área do testemunho forense (e.g. Zaragosa & Lane, 1994; citados por Pandeirada, 2005).

As teorias orientadas por esquemas, também designadas põe “schema-guided theories”, apontam para que a recordação e o reconhecimento da informação se orientam por esquemas preexistentes de conhecimento. Os dados produzidos até ao momento sugerem que, de uma maneira geral, a informação consistente com um esquema preexistente tem maior probabilidade de ser erradamente recordada e reconhecida do que se essa informação apresentar inconsistência com o esquema. Bartlett (1932) demonstrou como funciona o mecanismo, num experimento em que algumas pessoas ouviam um relato e posteriormente pediam-lhes para reproduzir essa mesma história. O resultado mostrou que as pessoas, apesar de manterem o enredo principal, alteraram o conteúdo específico, adicionando, retirando e distorcendo detalhes conferindo-lhe maior significado. Verificou-se ainda que à medida que a história era recontada, ia assumindo maiores diferenças para com a versão original. Bartlett sugeriu que as diferentes versões da história contada pelos sujeitos revelavam a natureza reconstrutiva da memória. O desenvolvimento de outros estudos com base nesta teoria, veio permitir identificar que os sujeitos tendem a reconhecer melhor os itens não congruentes, dando-lhe mais importância, do que os itens congruentes. A noção de esquema torna-se, assim, fundamental para o entendimento da forma como as distorções de memória são criadas.

Factores que influenciam a criação de falsas memórias

A ocorrência de falsas memórias parece aumentar de probabilidade na presença de alguns factores relacionados com as tarefas ou as técnicas de recuperação da informação, ou por exemplo, inerentes ao evento em si, como o tipo de informação prestada aos sujeitos participantes. Um deles é

designado por fenómeno da inflação e assenta no inflacionamento provocado pelas tarefas de recriação imagética do evento.

A imaginação é frequentemente utilizada como estratégia de memorização de informação, no entanto tem-se verificado que a imaginação de eventos ou mesmo simples itens promove distorções de memória. Esse fenómeno é designado por inflação pela imaginação. A sua importância passa essencialmente pela área terapêutica, onde a utilização de técnicas de recriação de imagem em psicoterapia é utilizada com frequência, e na área do testemunho forense, onde o interrogatório de testemunhas inclui em muitas ocasiões exercícios de recriação imagética. Os autores sugerem que a influência relativa à facilidade de imaginar os eventos está ligada à noção de disponibilidade cognitiva, tal como Tversky e Kahneman (1973; citados por Pandeirada, 2005) a definem no contexto sobre os julgamentos e tomada de decisão. Segundo estes, quando os sujeitos se encontram perante elementos incertos e têm de tomar uma decisão de probabilidade, a situação mais facilmente imaginável é considerada como a mais provável. O facto de se imaginar a situação parece conferir-lhe uma base para a tomada de decisão, já que a imaginação repetida de um evento aumenta a quantidade de detalhes reconhecidos tornando o evento cada vez mais parecido com uma experiência genuína.

O efeito da revelação refere-se ao aumento da probabilidade de identificar um dado item como tendo ocorrido, devido a esse mesmo item ter sido previamente apresentado de uma maneira disfarçada, confusa ou pouco clara, seguida da sua revelação. Por exemplo a apresentação do anagrama “anjlae”, (janela) activará o reconhecimento da palavra ainda que esta não seja apresentada inicialmente de forma clara. Ainda com recurso ao mesmo anagrama, podemos verificar o mesmo fenómeno se a palavra alvo, não sendo a do anagrama, tiver características semelhantes ou comuns. Num, experimento realizado por Kronlund e Bernstein (2006), foi demonstrada a possibilidade de manipulação do efeito de revelação pela tipologia de processamento que se efectua das palavras antes da resolução dos anagramas. Inerente à verificação deste efeito, pode estar um maior sentimento de familiaridade experienciado com os itens críticos quando estes são apresentados na tarefa de avaliação da probabilidade dos eventos, familiaridade essa que se pode dever à prévia realização de uma tarefa sobre os mesmos itens críticos.

O efeito de associação refere-se ao conjunto de fenómenos que, regra geral, se observa que a experiência de um conjunto de elementos relacionados promove a revelação de outros itens relacionados, ainda que estes não tenham sido revelados, desde que exista uma forte relação entre estes e os que foram efectivamente apresentados (Roediger & McDermott, 2000; citados por Pandeirada, 2005). Segundo aqueles autores, a interacção entre a memória episódica e a memória semântica está subjacente a esse efeito. Essa interacção torna-se visível quando procuramos recordar um evento do nosso passado (memória episódica) e o conhecimento que detemos (memória semântica) influencia a recuperação do primeiro. Ou seja, o que permite elaborar um relato coerente e rico sobre o evento provém do conhecimento global do próprio sujeito sobre si mesmo e sobre o mundo, e não do conjunto de detalhes que se encontram guardados na sua memória sobre o evento. Alguns estudos revelam que, para se observe o efeito de revelação, não é necessária a existência de associações semânticas entre os itens em estudo. O efeito pode decorrer da existência de esquemas de conhecimento, da realização de inferências, de relações semânticas, fonológicas ou entre relações entre imagens, figurativas ou abstractas.

Existem ainda outras tarefas que têm vindo a ser exploradas em alguns estudos, no sentido de determinar a possibilidade de aumentarem a ocorrência de distorções de memória. Duas situações, em particular, tentaram testar o poder da tarefa de parafraseamento e da elaboração de possibilidades ou explicações sobre a ocorrência de determinados eventos durante a infância. O facto de recorrer a técnicas de recriação imagética, pode ser razão suficiente para explicar a inflação dos erros de memória (Pandeirada, 2005). Sharman, Garry & Beuke (2004; cit. Pandeirada, 2005), exploraram o efeito da tarefa de parafraseamento na modificação da confiança sobre a ocorrência de determinadas situações da infância dos sujeitos, que tinham de descrever por escrito, repetidas vezes, esses eventos. Os dados revelaram que a execução de uma tarefa sobre os itens parafraseamento ou recriação imagética produziu mais alterações na confiança atribuída pelos participantes à ocorrência dos eventos críticos, entre os dois momentos de avaliação, do que a ausência de tarefa intermédia. Não existiu diferenciação nos resultados obtidos com recurso ao parafraseamento e recriação imagética. Segundo sugerem os autores, o aumento na frequência das distorções deve-se ao aumento da familiaridade

associada aos itens críticos. A responsabilidade, por seu turno, pode ser atribuída ao aumento da fluência do processamento que o sujeito experimenta quando o item é reencontrado na tarefa de pós-avaliação, devido ao facto de o item já ter sido trabalhado anteriormente pelo sujeito. Os autores sugerem que o termo “inflação pela imaginação” seja substituído por “inflação pela fluência”, aplicando-se a qualquer tarefa que aumente a fluência do evento, implicando um aumento da confiança do sujeito para a ocorrência de eventos passados.

A repetição é outro dos factores que aumenta a probabilidade de ocorrência de falsas memórias, nomeadamente a repetição de tarefas mnésicas. McDermott, Roediger & Robinson (1998; citados por Pandeirada, 2005) demonstraram que a realização repetida de tarefas mnésicas em relação aos mesmos itens inflaciona as falsas memórias para os itens críticos. A realização de tarefas mnésicas prévias aumenta a probabilidade dos sujeitos avaliarem um evento como correspondendo a uma recordação efectiva do item, mesmo em casos que não ocorreram. Isto sugere um reforço do traço mnésico associado aos itens falsos, mesmo quando a repetição dessas tarefas é combinada com avisos explícitos para evitar evocar itens não apresentados previamente. A influência da repetição da sugestão ou da tarefa que promove a inflação dos erros de memória, de um modo global, conduz a um aumento da produção de falsas memórias.

As questões relativas à influência social não têm recebido a mesma atenção por parte dos experimentadores, mas nas situações naturais de testemunho ocular, os sujeitos envolvem-se em situações de interacção partilhando informação sobre o evento testemunhado. A informação transmitida por terceiros ao sujeito pode influenciar a memória que o mesmo constrói sobre o evento original. Essa construção ou reconstrução sofre influência de diversos factores como a credibilidade que a sugestão tem em função da sua origem. Embora a replicação em laboratório de condições naturais que permitam avaliar a influência social seja difícil, alguns estudos (e.g. Wright, Self & Justice, 2000) têm permitido verificar que a relação entre o sujeito e a origem da informação enganosa ou sugestionada é um dos factores que amplia a recordação de falsas memórias. Igualmente importante parece ser a congruência da informação enganosa, pois revela-se mais capaz de influenciar as memórias supostamente vividas.

Procedimentos de estudo

O paradigma DRM, designação escolhida por ter sido usado pela primeira vez por Deese (1959) e, posteriormente, desenvolvido por Roediger e McDermott (1995), é actualmente utilizado como um dos procedimentos experimentais mais robustos para explorar a produção de falsas memórias. Consiste na apresentação de listas de palavras, todas elas associadas a um item que não consta da respectiva lista e que traduz o tema da mesma, designado na literatura por item crítico, e tem demonstrado constituir uma importante ferramenta na compreensão deste tipo de fenómeno. No final da década de 50, Deese (1959) publicou um artigo sobre a criação de listas de palavras, baseadas nas normas de associação semântica de Kent-Rosanoff (Russell & Jenkins, 1954). O objectivo do investigador era verificar como factores associativos semânticos afectariam o processo de recordação de palavras, além de medir os índices de intrusões que cada lista produzia. Roediger e McDermott (1995), três décadas depois, retomam o procedimento originalmente proposto por Deese (1959), adaptando vinte e quatro listas de 15 palavras semanticamente associadas com base no dicionário de Russell e Jenkins, a mesma fonte utilizada no artigo original de Deese. Nesse estudo, Roediger e McDermott mostraram a robustez deste procedimento para estudar as ilusões mnemónicas, ou falsas memórias, recordações de eventos que, na realidade, nunca ocorreram (Stein & Neufeld, 2001). No procedimento com palavras associadas, são apresentadas listas de palavras para serem memorizadas. As palavras de cada lista giram em torno de um mesmo tema (e.g., som, dança, disco, ritmo, melodia, cantor, letra, rádio, viola, instrumentos, notas, harmonia, ouvir, voz, guitarra, versam sobre o tema música). A palavra crítica - música - que traduz a essência temática da lista e que está semanticamente associada a todas as palavras da mesma lista, não é apresentada na etapa de memorização. O efeito consistente que se observa é que, quando testada a memória para a lista original, a palavra música é recordada ou reconhecida muitas vezes na mesma proporção que palavras da lista estudada. Como repercussão da publicação do artigo de 1995 ocorreu uma proliferação de trabalhos valendo-se do procedimento experimental com listas de palavras associadas, que também ficou conhecido como paradigma de Deese-Roediger-McDermott (DRM).

O paradigma da informação enganosa é outro dos procedimentos de estudo utilizado quando se pretende avaliar a influência da informação recebida pela testemunha, após um dado evento, em regra, informação falsa, no seu relato. Este procedimento permite avaliar os efeitos das questões capciosas nas respostas fornecidas pelo sujeito, nomeadamente a possibilidade de uma alteração efectiva da memória autobiográfica através de uma sugestão externa que lhe é apresentada.

Conclusão

Verificamos que algumas situações do nosso quotidiano permitem ou mesmo potenciam a possibilidade de criar falsas memórias, seja alterando detalhes de eventos recuperados, seja criando mesmo eventos nunca ocorridos. Esse processo pode ocorrer com intervenção de vários factores e técnicas, conforme verificámos anteriormente, no entanto a maneabilidade da memória e a complexidade do seu funcionamento ainda não se encontram suficientemente estudadas para se compreender o seu real funcionamento.

Podemos então concluir que não é porque se pode implantar falsas memórias de infância nalguns indivíduos, que todas as recordações que surgirem após a sugestão, serão necessariamente falsas. Apesar do trabalho experimental na criação de falsas memórias poder levantar dúvidas sobre a validade de recordações remotas, como um trauma recorrente, a verdade é que também não as desmentem. Os mecanismos precisos pelos quais esses tipos de falsas memórias são construídos aguardam por novas pesquisas. Parece-nos também importante reflectir sobre o grau de confiança e as características das falsas memórias criadas desta forma, sendo certo que também é necessário verificar que tipo de indivíduos são particularmente susceptíveis a estas formas de sugestão, e quais os que são resistentes.

Por outro lado, também nos parece pertinente alertar todos os profissionais ligados a estas matérias que é necessária moderação em situações em que a imaginação é usada como auxílio à recuperação de memórias que se presumem perdidas. A investigação do Dr. Daniel Schacter (1996), com base na Tomografia de Emissão de Positrões (TEP), sugere que tanto as recordações falsas como as verdadeiras apareciam de uma forma similar, o

que veio tornar claro quão frágil e complexa é a memória. Por isso, concluiu-se que é relativamente fácil iludir a acção verificadora da zona frontal do cérebro e produzir memórias falsas.

Na verdade, sem evidência corroborativa, é impossível distinguir uma memória verdadeira de uma imaginada. De facto, mesmo o mais experiente e qualificado clínico, não tem muito a fazer para diferenciar um implante, de uma memória verdadeira, se não existirem dados que corroborem objectivamente as lembranças. Parece-nos claro que não existem provas de que recordamos tudo o que experimentamos. Nada prova que todas as memórias de acontecimentos indiquem que eles tenham acontecido como recordamos, ou mesmo que tenham acontecido. Assim verifica-se que os perigos deste mito da memória são visíveis: não só as falsas memórias são tratadas como reais, como também o contrário se verifica.

Posto isto, parece-nos que ninguém beneficia ao encorajar uma crença na memória que é falsa, sendo certo que esta é uma teoria em risco de provocar mais mal do que bem. Perguntamo-nos então: no que concerne, aos relatos de memórias reprimidas, estes devem ser recusados à partida? Certamente que não, no entanto estes devem ser corroborados com provas e testemunhos independentes, antes de se tirar qualquer conclusão. De facto, a memória e a aprendizagem são fundamentais para a experiência humana. A perda desta leva à perda de identidade da pessoa, da história de uma vida e das suas interacções com o que o rodeia.

Para finalizar, gostaríamos de deixar esta pergunta: Mas afinal, até que ponto podemos confiar naquilo que dizemos lembrar?

Bibliografia

ALBUQUERQUE, E.P. (2001). *Memória Implícita e Processamento. Do subliminar à formação de imagens*. Braga: Universidade do Minho.

ALBUQUERQUE, P. B., & Pimentel, E. (2005). Impacto da inibição do efeito de recência na produção de memórias falsas em listas de associados. *Psicologia, Educação e Cultura*, IX, 69-87.

- BADDELEY, A. (1990). *Human memory: Theory and practice*. Hove: Lawrence Erlbaum Associates.
- BAKER, & Robert A. (1992). *Hidden Memories: Voices and Visions From Within*. Buffalo, N.Y.: Prometheus Books
- BARTLETT, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. London: Cambridge University Press.
- BUENO, J.L. (1997). O imaginário animal. *Psicologia USP*, v.8, n.2.
- CANTOR, J., & Engle, R. W. (1993). Working memory capacity as long-term memory activation: An individual differences approach. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 19, 1101-1114.
- DANEMAN, M. & Carpenter, P.A. (1980). Individual differences in working memory and reading. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, 19, 450-466.
- DANEMAN, M. & Tardiff, T. (1987). Working memory and reading skill re-examined. In M. Coltheart (Ed.). *Attention and Performance VII*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- DEESE, J. (1959). On the prediction of occurrence of particular verbal intrusions in immediate recall. *Journal of Experimental Psychology*, 58, 17-22.
- FUSTER, J. (2006). Arquitetura da rede. *Rev. Viver Mente Cérebro (Edição especial)*, 2, 26-31.
- GOFF, L.M., & Roediger, H.L. (1998). Imagination inflation for action events: Repeated imaginings lead to illusory recollections. *Memory & Cognition* 26, 20-33.
- HYMAN, I. E; Husband, T. H, & Billings F. J. (1995). False memories of childhood experiences. *Applied Cognitive Psychology*, 9, pp. 181-197.
- HYMAN, I.E., & Billings, J.F.J. (1998). Individual Differences and the Creation of False childhood Memories. *Psychology Press*, 6 (1), pp. 1-20.
- IZQUIERDO, I. (2002). *Memória*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- IZQUIERDO, I. (2003). *Questões sobre memória*. São Leopoldo, RS: Unisinos.
- JOHNSON, M. (1998). Individual and cultural reality monitoring. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 560, 179-193.
- JOHNSON, M. K. (1998). Reality monitoring: An experimental phenomenological approach. *Journal of Experimental Psychology: General*, 117, 390-394.

- KRONLUND, A. & Bernstein, D.M. (2006). Unscrambling Words Increases Brand Name Recognition and Preference. *Journal of Applied Cognitive Psychology*, 20, pp. 681-687.
- LAROCHE, S. (2006). Marcas da identidade. *Revista Viver Mente Cérebro* (Edição especial), 2, pp. 36-43.
- LOFTUS, E.F. (1980). *Memory, Surprising New Insights Into How We Remember and Why We Forget*. New York: Addison-Wesley.
- LOFTUS, E.F. (1997). Creating false memories. *Scientific American*, 277, pp. 70-75.
- LOFTUS, E. (2006). *Criando memórias falsas*. Retrieved August 12, 2006 from http://www.ateus.net/artigos/psicologia/criando_memorias_falsas.php.
- LOMBROSO, P. (2004). Aprendizado e memória. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26, 207-210.
- MAZZONI, G. (2005). Crimes, testemunhos e falsas recordações. *Revista Viver Mente Cérebro*, 149, 78-84.
- MAZZONI G. & Memon A. (2003). Imagination can create false autobiographical memories: *Psychological Science* 14 (2), 186–188.
- MENZEL, Jr. E.W. (1973). Chimpanzee spatial memory organization. *Science*, 182, pp. 943-945.
- MENZEL, C.R. (1999). Unprompted recall and reporting of hidden objects by a chimpanzee (Pan Troglodytes) after extended delays. *Journal of Comparative Psychology*, 113, pp. 426-434
- PANDEIRADA, J. (2005). Criação de falsas memórias: diferenças individuais. Retrieved April 11, 2008 from <http://hdl.handle.net/1822/6724>
- REYNA, V.F. e Brainerd, C.J. (1998). Fuzzy-trace theory and false memory: New frontiers. *Journal of Experimental Child Psychology*, 71, 194-209.
- REYNA, V. F. & Brainerd, C. J.(2002). Fuzzy-trace theory and false memories. *Current Directions in Psychological Science*, 11, 164-169.
- ROEDIGER, H. L., & McDermott, K. B. (2000). Distortions of memory. In E. Tulving & F.M.I. Craik. (Eds.), *The Oxford handbook of memory* (pp. 149-162). Oxford, UK: Oxford University Press.

- ROEDIGER, H.L.; McDermott, K.B. & Robinson, K.J. (1998). The role of associative processes in creating false memories. In M.A. Conway, S.E. Gathercole & C. Cornoldi (Eds.). *Theories of memory II*. Hove, Sussex: Psychological Press.
- ROEDIGER, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21, 803-814.
- RUSSELL, W. A., & Jenkins, J. J. (1954). *The complete Minnesota norms for responses to 100 words from the Kent-Rosanoff Association Test*. Minneapolis, MN: University of Minnesota.
- SCHACTER, D. (1996). *Conscious Recollection and the Human Hippocampal Formation*. Cambridge: Harvard University.
- SCHACTER, D.L. (1996). Illusory memories: A cognitive neuroscience analysis. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 93 (13), pp. 527-533.
- SCHACTER D.L, & Curran T. (1995) The cognitive neuroscience of false memories. *Psychiatric Anals*, 25, pp. 727-731.
- SEAMON, G. J., Lee, I. A., Toner, S. K., Wheeler, R. H., Goodkind, M. S., & Birch, A. D. (2002). Thinking of critical words during study is unnecessary for false memory in the Deese, Roediger, and McDermott procedure. *American Psychological Society*. 13, 526-531.
- SQUIRE, R.L. & Kandel, E.R. (2003). *Memória: da mente às moléculas*. (Trad. Dalmaz, C. e Quillfeldt, J.A.). Porto Alegre: Editora Artmed.
- SQUIRE, R.L. & Kandel, E.R. (2006). Memória não-consciente. *Revista Viver Mente*, (Edição especial), 2, pp. 50-55.
- STERNBERG, R. (2000). *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- STEIN, L.M., & Neufeld, C.B. (2001). Falsas memórias: Porque lembramos de coisas que não aconteceram?. *Arquivos de Ciências da Saúde*, 5, 179-182.
- TAVRIS, C. (1993). Hysteria and the incest-survivor machine, *Sacramento Bee*, Forum, 17 Janeiro 1993, p. *Cérebro* (Edição especial), 2, 5 0-55.
- VEGA, M. (1998). *Introducción a la Psicología Cognitiva*. Madrid: Alianza Psicología.
- WRIGHT, D, Self, G., & Justice, C. (2000). Memory conformity: Exploring misinformation effects when presented by another person. *The British Journal of Psychology*, 91, 2, pp. 189-202.